



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

MINUTA DO CONTRATO

AQUISIÇÃO DE INSUMOS LABORATORIAIS PARA ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA (SVES) VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.

BASE LEGAL: FEDERAL: LEI Nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES.

MUNICIPAL: DECRETO Nº 60.155/2024, DECRETO Nº 62.276/2026 E PROCESSO SEI Nº 15901.005674/2026.

O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.816.886/0001-98, com sede na rua Dep. Raimundo Vieira da Silva, n. 2000, Parque do Bom Menino, Centro, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, neste ato representada por seu titular a Sr.(a) ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA, portador(a) da carteira de identidade nº. 0000616983964, expedida pela SSP/MA e inscrito (a) no CPF sob nº. 629.335.313-72, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da C.I. n.º XXXXXXXX XX/XX e CPF n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada de CONTRATADA, firmam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO

1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital da Proposta e da Lei nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 60.155/2024 e Decreto nº 62.276/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a Aquisição de insumos laboratoriais para análise microbiológica e físico-química da água para consumo humano para atender as necessidades



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

da Superintendência de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (SVES) vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, de São Luís/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, constante no anexo I do Edital de licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta da CONTRATADA.

2.2. Compõem o objeto da contratação:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL					R\$ XXXXXXX

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital do Pregão nº ____/20____.

2.3.3. A proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3.5. Ata de Registro de Preços nº ____/20____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. A apresentação de ficha técnica do produto será obrigatória para todos os itens, devendo conter informações suficientes para comprovação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas.

3.1.2. A contratada deverá garantir que os produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade, pureza e desempenho exigido para uso em análises laboratoriais, sendo responsável por quaisquer inconformidades técnicas verificadas durante a utilização dos insumos.

3.1.3. Devem ser informados número de registro e certificação do fabricante (quando aplicável).

3.1.4. Para os **reagentes químicos classificados como grau analítico (P.A.)**, deverá ser apresentado também o **Certificado de Análise (COA) emitido pelo fabricante**, contendo informações relativas ao lote, grau de pureza, data de fabricação e prazo de validade.

3.1.5. Os proponentes poderão apresentar catálogos, manuais, prospectos ou materiais ilustrativos originais do fabricante, referentes aos modelos ofertados, com o objetivo de demonstrar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas no edital e em seus anexos.

3.1.6. O quadro abaixo descreve os reagentes com as especificações técnicas estabelecidas para cada item, a necessidade de ficha técnica, COA e amostra.

Descrição	Ficha Técnica	Certificado de Análise (COA)	Amostra
HIDRÓXIDO DE SÓDIO P.A. , 500gr. Aspecto Físico: pastilhas	Obrigatório	Obrigatório	Não



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- SEMUS -

esbranquiçadas, altamente higroscópicas. Peso Molecular: 40 g/mol. Fórmula Química: NaOH. Grau de Pureza: pureza mínima de 98%. Número de Referência Química: Cas 1310-73-2			
NITRATO DE PRATA P.A., 100gr. Aspecto Físico: Cristal Incolor, Transparente, Inodoro. Fórmula Química: AgNO ₃ . Peso Molecular: 169,87 g/mol. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Número de Referência Química: CAS 7761-88-8	Obrigatório	Obrigatório	Não
CLORETO DE SÓDIO P.A., 500gr. Aspecto Físico: pó cristalino branco ou cristais incolores. Composição Química: NaCl Anidro. Peso Molecular: 58,45 g/mol. Pureza Mínima: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Acs. Número De Referência Química: Cas 7647-14-5	Obrigatório	Obrigatório	Não
CROMATO DE POTÁSSIO P.A., com pureza mínima de 99,5%, pH (solução a 5% em água) entre 9,0 e 9,8. Limites máximos de impurezas: Cl ≤ 0,001%; SO ₄ ≤ 0,01%; Ca ≤ 0,005%; Na ≤ 0,05%; Pb ≤ 0,005%. Produto acompanhado de certificado de análise comprovando os parâmetros de pureza e concentração. Frasco contendo 500 g.	Obrigatório	Obrigatório	Não
CLORETO DE AMÔNIO P.A., 500g. Aspecto Físico: pó branco, cristalino, inodoro. Peso Molecular: 53,49 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ Cl. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,8%. Característica Adicional: Reagente P.A. ACS ISO. Número de Referência Química: CAS 12125-02-9	Obrigatório	Obrigatório	Não
HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 30% P.A., 1000 ml. Aspecto Físico: líquido límpido, incolor, volátil, de odor Acre. Peso Molecular: 35,05 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ OH. Grau de Pureza: Teor De (NH ₃)	Obrigatório	Obrigatório	Não



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

entre 24-26%. Número de Referência Química: CAS 1336-21-6			
REAGENTE ANALÍTICO PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA Aspecto Físico: Pó, Tipo Uso: Método DPD (N, N-dietil-p-fenilenodiamina) destinado à realização de testes colorimétricos, Características Adicionais: caixa com 100 unidades de testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico que utiliza o método de ácido cromotrópico para a medição de nitrito. O kit deve possibilitar medições de concentração de nitrito em amostras com faixa de 0.0 a 1.0 mg/L (ppm) de nitrito-nitrogênio (NO ₂ --N). Deve ser fornecido com todos os reagentes, recipientes e acessórios necessários para realização das análises em quantidade suficiente para 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRITO Conjunto de reagentes pré-dosados de alta qualidade destinados à determinação de nitrito em amostras de água . Os reagentes devem utilizar o método do ácido cromotrópico para determinar a concentração de nitrito como nitrito-nitrogênio (NO ₂ --N). Apresentação em caixa contendo reagentes suficientes para 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico colorimétrico que determina a concentração de nitratos em amostras dentro de uma faixa de 0 a 50 mg/L (ppm) como nitrato-nitrogênio (NO ₃ -N). O kit deverá ser fornecido com todos os reagentes e equipamentos necessários para realizar a análise, contendo todos os reagentes para realizar aproximadamente 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRATO Conjunto	Obrigatório	Não obrigatório	Não



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

de reagentes pré-dosados de alta qualidade, que permitem a obtenção de medições rápidas e precisas de nitrato. Os reagentes devem seguir o método de redução de cádmio para determinar a concentração de nitrato expressa como nitrato-nitrogênio (NO ₃ —N), aplicável em amostras com faixa de medição aproximada de 0 a 50 mg/L (ppm). Apresentação em caixa contendo reagentes para 100 testes.			
MEIO DE CULTURA PARA ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA Meio de cultura para análise microbiológica da água, composto por substrato cromogênico fluorogênico ONPG-MUG, para detecção via enzimática de coliformes totais em 24 horas pelo desenvolvimento de coloração amarela, e resultados positivos para E. coli confirmado em 24 horas pela observação de fluorescência, sem necessidade de adição de outros reagentes para confirmação. Deve ser embalado individualmente em unidades para amostra de 100 ml de água. O produto deverá apresentar estabilidade ao estoque por no mínimo 12 meses, quando armazenado em temperatura de 04°C até 30°C. Apresentação em caixa com 100 unidades.	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo
SACO ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS Material: Polietileno. Capacidade: 500 ml. Aplicação: Para coletar amostras. Características adicionais: Estéril. Caixa com 500 unidades	Obrigatório	Não obrigatório	Não
SACO ESTÉRIL PARA HOMOGENEIZADOR DE AMOSTRAS Material laboratório. Tipo: saco. Material: plástico. Adicional: cerca de 100 ml. Aplicação: p/ homogeneizador stomacher. Componentes: com filtro lateral. Outros componentes: até 70 µM. Esterilidade: estéril. Caixa com 100 unidades.	Obrigatório	Não obrigatório	Facultativo



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

3.2. DA NECESSIDADE DA AMOSTRA

3.2.1. A administração poderá solicitar amostras, quando julgar necessário, exclusivamente para os itens cuja natureza técnica exija verificação prévia de compatibilidade com os métodos analíticos procedimentos laboratoriais ou equipamentos utilizados pelo laboratório, especialmente nos casos de insumos microbiológicos ou materiais laboratoriais específicos.

3.2.2. Nos casos previstos no item 3.2.1, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar 01 (uma) unidade de amostra do item solicitado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, para avaliação da conformidade com as especificações técnicas constantes neste instrumento.

3.2.3. A análise das amostras será realizada pela Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental, que verificará a compatibilidade técnica, funcionalidade e atendimento às especificações exigidas, podendo resultar na aceitação ou rejeição do item avaliado.

3.2.4. A não apresentação da amostra no prazo estabelecido ou a sua reprovação técnica implicará na desclassificação da proposta para o respectivo item avaliado.

3.2.5. As amostras deverão estar devidamente identificadas e acondicionadas em sua embalagem original, quando aplicável, contendo informações técnicas que permitam sua adequada identificação e rastreabilidade, tais como: nome do produto, marca, fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, código ou referência do produto e quantidade apresentada, em conformidade com proposta apresentada e com as especificações estabelecidas neste instrumento.

3.2.6. As amostras deverão estar identificadas com a indicação “AMOSTRA PARA ANÁLISE”, bem como conter as seguintes informações: número do processo/licitação, número do item correspondente, identificação do fornecedor (razão social, telefone e e-mail) e identificação do representante responsável (nome, telefone e e-mail).

3.3. Será considerada reprovada a amostra que:

3.3.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas contidas neste Instrumento;

3.3.2. As amostras, que sejam passíveis de devolução poderão ser retiradas pelos licitantes, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do resultado do julgamento, na SEMUS, sem que caiba qualquer direito reclamação/indenização do licitante.

3.3.3. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostras serão arquivados na SEMUS e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de materiais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

4.1.1. O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias úteis, contados após o envio da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

4.2. DO LOCAL DE ENTREGA

4.2.1. Deverá ser entregue no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 -



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 15:00h.

4.2.2. O transporte dos produtos deverá ser realizado em condições adequadas de conservação, acondicionamento e segurança, de modo a preservar a integridade física e química dos insumos até o momento da entrega.

4.2.3. A contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou deteriorações dos produtos durante o transporte, bem como pela substituição imediata de itens que apresentem irregularidades, avarias ou inconformidades com as especificações estabelecidas.

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

4.3.3. Efetuar a entrega dos itens desta solicitação em perfeitas condições, no prazo e local indicados neste descritivo, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as especificações, incluindo marca/fabricante, prazo de validade e lote;

4.3.4. Comunicar à Administração Pública, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte os itens que não sejam comprovadamente novos ou que estiverem fora das especificações ou com defeito de fabricação ou avarias;

4.3.6. Caso seja verificado que o produto entregue não atende às especificações da proposta, o objeto será recusado motivadamente e a EMPRESA será notificada para que efetue a substituição do objeto desta solicitação, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

4.3.7. A empresa contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada e;

4.3.8. Os insumos/reagentes deverão ser entregues em embalagens originais para comercialização contendo a data e o nº do lote de fabricação, o prazo de validade, nº de registro na ANVISA e nº de série (quando se aplicar), sempre acompanhados de nota fiscal, identificados quanto ao número da licitação, nome da empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

4.4. DA VALIDADE

4.4.1. O prazo de validade dos itens deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5. O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	
Projeto Atividade	
Natureza de Despesas	
Fonte do Recurso	
Ficha	
Nota de Empenho	

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7. PRAZO DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.3. FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4. LIQUIDAÇÃO:

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.4.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, ou até a execução contratual total dentro do prazo de vigência, admitida prorrogação nas hipóteses legais aplicáveis às contratações de fornecimento contínuo, observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. São obrigações do Contratante, além das constantes deste Contrato, no Edital e seus anexos:

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

10.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5. Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

10.7.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

10.7.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;

10.7.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;

10.7.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

10.7.5. Demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

10.6.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.

10.7.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

11.3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

11.4. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros do objeto, durante a vigência do contrato.

11.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.11. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.13. SUBCONTRATAÇÃO:

11.14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima este Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a. Moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

b. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

15.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

15.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

15.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

16.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

16.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

16.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

17.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

17.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.6. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

17.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. Indenizações e multas.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REAJUSTE

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

20.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

20.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

21.1. SUSTENTABILIDADE

21.1.1. A presente contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção de aquisições públicas responsáveis e à redução de impactos associados à produção, utilização e descarte dos insumos laboratoriais.

21.1.2. Considerando que os produtos objeto da contratação consistem em reagentes, soluções químicas, kits analíticos e demais insumos utilizados em análises laboratoriais de qualidade da água para consumo humano, conforme parâmetros estabelecidos na Portaria GM/MS nº 888/2021, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade.

21.1.3. Priorizar insumos laboratoriais que apresentem menor toxicidade química ou menor periculosidade ambiental, sempre que existirem alternativas tecnicamente equivalentes, de modo a reduzir os riscos ocupacionais e impactos ambientais decorrentes do uso e do descarte de reagentes.

21.1.4. Priorizar produtos que apresentem maior eficiência analítica e maior rendimento por unidade de fornecimento, contribuindo para a redução do desperdício de insumos e otimização do consumo de recursos;

21.1.5. Dar preferência a kits analíticos pré - dosados ou de microescala, que possibilitem a realização de análises com menor consumo de reagentes químicos e, conseqüentemente, menor geração de resíduos laboratoriais;

21.1.6. Exigir que as embalagens apresentem rotulagem adequada e informações claras sobre composição, prazo de validade, condições de armazenamento e riscos associados, possibilitando o manejo seguro e ambientalmente responsável dos produtos;

21.1.7. Recomendar que os fornecedores observem boas práticas de gestão ambiental em seus processos produtivos e logísticos, incluindo medidas destinadas à redução de impactos ambientais na fabricação, armazenamento e transporte dos produtos;

21.1.8. Assegurar que o armazenamento, utilização e descarte dos insumos laboratoriais no âmbito da administração pública observem as normas de segurança química adotada no Brasil, garantindo a adequada identificação de riscos e a proteção à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente.

21.2. IMPACTOS AMBIENTAIS

21.2.1. A aquisição, armazenamento, utilização e descarte de insumos laboratoriais implicam potenciais impactos ambientais, especialmente em razão da natureza química de parte dos produtos, os quais podem apresentar características de periculosidade, tais como toxicidade, corrosividade, inflamabilidade e reatividade.

21.2.2. Os principais impactos ambientais associados são:

a) geração de resíduos químicos perigosos e não perigosos, incluindo sobras de reagentes, soluções, padrões analíticos e materiais contaminados;



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

- b) risco de contaminação do solo, corpos hídricos e rede de esgotamento sanitário decorrente de descarte inadequado;
- c) geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens primárias e secundárias potencialmente contaminadas;
- d) riscos de acidentes ambientais, como vazamentos, derramamentos e emissões acidentais durante o transporte, armazenamento e manuseio;
- e) consumo intensivo de materiais descartáveis, ampliando a pressão sobre sistemas de gestão de resíduos sólidos.

21.2.3. Diante desses potenciais impactos, deverão ser adotadas, no âmbito da contratação e da execução, as seguintes medidas mitigadoras:

- a) implementação e observância de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) ou instrumento equivalente, contemplando a segregação, identificação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- b) destinação dos resíduos químicos e contaminados por meio de empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação vigente;
- c) cumprimento das normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao gerenciamento de resíduos e segurança química, incluindo diretrizes da ANVISA, do CONAMA e da ABNT;
- d) exigência de fornecimento de Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), rotulagem adequada e embalagens compatíveis com os produtos, de modo a assegurar o correto manuseio e armazenamento;
- e) adoção de práticas de armazenamento seguro, com controle de compatibilidade química, contenção de vazamentos e condições ambientais adequadas;
- f) capacitação contínua dos profissionais envolvidos quanto às boas práticas laboratoriais, biossegurança e gestão de resíduos;
- g) priorização, sempre que tecnicamente viável, de insumos com menor toxicidade, menor volume de geração de resíduos e/ou que possuam alternativas mais sustentáveis;
- h) adoção de medidas de prevenção e resposta a emergências ambientais, com disponibilização de kits de contenção e procedimentos operacionais padronizados.

21.2.4. Destaca-se que a observância dessas medidas mitiga significativamente os riscos ambientais associados à contratação, assegurando a conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, bem como promovendo o uso racional de recursos e a sustentabilidade das atividades laboratoriais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. Incumbirá ao Contratante divulgar o extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Município, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís (MA), _____ de _____ de 2026.

ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____